

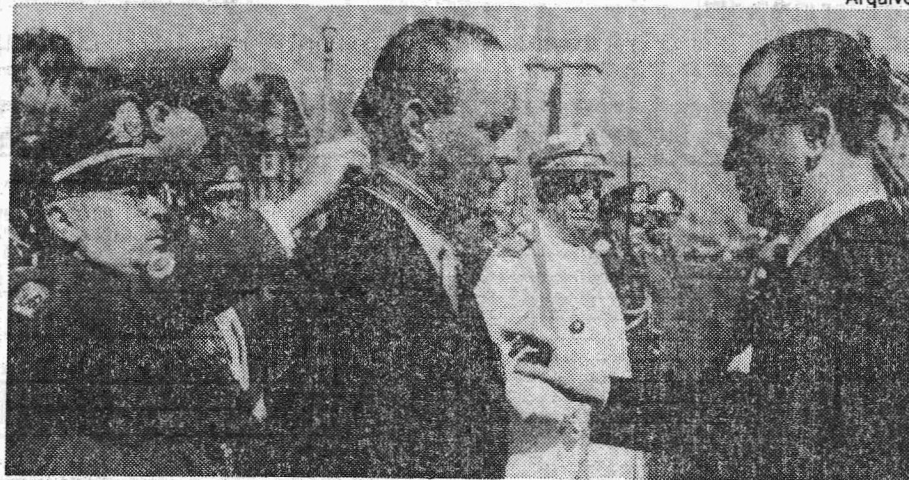
Crise estava no ar já na última eleição

Arquivo

Em 1960, o país estava impulsionado pelo acelerado crescimento da economia. O governo do mineiro Juscelino Kubitschek (1956-1960) deixara como herança um parque industrial em eferescência — a indústria automobilística se implantava no país e o setor público fazia investimentos pesados nos setores de energia elétrica, siderúrgico e rodoviário — e o salário mínimo registrava os mais elevados valores em toda a sua história.

Em contraste com esse impulso dado pelos chamados *anos JK*, conviviam grandes distorções sociais. O segundo ministro da Fazenda de Juscelino, Lucas Lopes, admite hoje que o Plano de Metas, sustentado pelo slogan *50 anos em cinco*, passou distante do problema social. “Não havia, por exemplo, uma meta de saúde pública”, revela. “Hoje, é importante o problema social e eu faço esta autocritica”, completa este engenheiro civil, de 78 anos.

Concentração - De fato, já naquela época, a concentração de renda nas mãos de poucas famílias era grande. Segundo as contas do IBGE, citadas pela coleção *Retrato do Brasil*, em 1960 os 20% mais ricos abocanhavam 54,8% de toda a renda nacional e os 50% mais pobres detinham uma fatia de apenas 17,4%.



Lucas Lopes hoje admite que o governo JK passou longe do problema social

Mas o governo de JK estava mais preocupado em criar condições de desenvolver o país a qualquer custo e menos em resolver a crise social, que começava a ganhar proporções. Quando os brasileiros votaram pela última vez, grandes empresas estrangeiras operavam com desenvoltura, como a Volkswagen, a Olivetti, o grupo japonês Nippon Steel, a Mannesmann, a Daimler-Benz e a Brown-Boveri.

Farra Os investimentos estrangeiros ingressavam no país sem qualquer barreira. Para se ter uma idéia,

em 1950 o estoque desse capital, em números redondos, alcançava modestos US\$ 300 milhões. No ano em que os brasileiros votaram pela última vez, o volume de capital externo injetado chegava a US\$ 1,2 bilhão.

“Eu paguei a farra do Juscelino”, diz, bem-humorado, Denio Nogueira, o primeiro presidente do Banco Central, referindo-se à queima das reservas cambiais ocorrida nos chamados anos dourados. Para atrair o capital estrangeiro, o governo permitia, por exemplo, que as multinacionais importassem equipamen-

tos a preços 45% mais baratos do que as taxas alfandegárias.

Nas vésperas da última eleição, a situação externa do Brasil não era nada boa. O último ministro da Fazenda, Sebastião Pais de Almeida, ligado aos cafeicultores, entra no cargo no dia 5 de agosto de 1959 em meio ao rompimento das relações do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional e ao abandono de um plano de estabilização, duramente criticado pelas esquerdas. Os brasileiros votaram pela última vez já sentindo um cheiro de crise no ar. (C.G.)